

Opinião

6 DEZ 2010

2011 pode ser o ano da virada

Gustavo Loyola



O próximo ano pode trazer mudanças significativas para a economia brasileira. Tanto para melhor quanto para pior. Tudo vai depender das escolhas do governo Dilma Rousseff no campo das políticas públicas, em particular na esfera das políticas macroeconômicas.

Em breve resumo, pode-se dizer que no governo Lula houve continuidade da responsabilidade nas políticas macroeconômicas, mas alguns retrocessos, principalmente nos últimos anos de seu mandato, contribuíram para minar os alicerces dessas políticas, colocando em risco sua continuidade no governo seguinte. Numa situação como tal, mais difícil se tornou para a sucessora de Lula apenas continuar as políticas do governo anterior. Ou Dilma opta pelo reforço

das bases da estabilidade macroeconômica ou verá ruir o edifício que, em última análise, contribuiu diretamente para sua expressiva vitória nas urnas.

Os avanços institucionais obtidos nas últimas décadas no Brasil e a crescente e estabelecida aversão da sociedade brasileira à inflação criaram uma blindagem relativamente sólida contra o populismo e a irresponsabilidade dos governos. Os políticos eleitos têm racionalmente consciência de que o retorno da inflação levará o eleitorado a punir os responsáveis com a negação de seu voto.

Não obstante, possibilidade de retrocessos existe, seja pelo pendão generalizado dos políticos pela prática da estratégia do “brinkmanship” — buscando obter vantagens máximas ainda que à custa do risco de desastre — seja pelo mau aconselhamento de economistas que acreditam na reinvenção da teoria e da política econômica, pois professam uma exótica variedade brasileira na qual o controle do gasto público, a autonomia do Banco Central e o regime de taxas flutuantes de câmbio não são fundamentais para a estabilidade monetária e o crescimento econômico.

Os riscos são maiores no campo fiscal. Diferentemente da polí-

tica monetária, onde a ação do BC é visível e transparente, ensejando normalmente reações rápidas dos agentes econômicos, nas finanças públicas as alterações, para pior ou melhor, são necessariamente incrementais e seus efeitos são mais tardiamente percebidos, o que permite não apenas o exercício mais intenso de “brinkmanship”, mas também o emprego de táticas de camuflagem via contabilidade criativa e outros expedientes de mesma natureza. Não foi à toa, portanto, que a deterioração mais séria da política econômica no governo Lula foi observada na área fiscal, principalmente após a saída do ministro Antônio Palocci.

A deterioração mais séria da política econômica no governo Lula foi observada na área fiscal

Com efeito, no segundo mandato de Lula, houve expansão acelerada das despesas do governo federal, assim como proliferação de medidas que aumentaram a opacidade da contabilidade pública. Não há espaço aqui para listar todos os equívocos cometidos

na gestão das finanças públicas nos últimos anos. Mas, como exemplo, cabe citar a criação do fundo soberano brasileiro, criação exótica num país que não possui superávit fiscal nominal, e a recriação “aggiornata” da nossa velha e não boa conhecida conta de movimento para suprir de recursos o BNDES e a Petrobras.

Mas há também riscos nas áreas monetária e cambial. No câmbio, o regime de taxas flutuantes tem sido crescentemente conspurcado, não mais apenas por intervenções no mercado pelo BC, mas também pelo uso de medidas administrativas como o IOF sobre certas operações de câmbio. Ainda que concordemos que a flutuação “limpa” do câmbio seja algo mais para livro-texto do que para o mundo real, é necessário lembrar que, ao tornar o câmbio menos flutuante, o governo retira potência da política monetária, esta já comprometida pela expansão autônoma do crédito pelos bancos oficiais e pelo aumento dos gastos públicos.

A preocupação com o Banco Central decorre da combinação de dois fatores: sua fraqueza institucional, pela ausência de autonomia inscrita em lei, e a crescente “solidão” da política monetária no exercício da política de contenção

da inflação. O primeiro desses fatores é estrutural, e infelizmente vamos conviver com ele enquanto os políticos brasileiros não se convencerem das vantagens da autonomia do BC. No entanto, o segundo fator é conjuntural e passível de reversão, caso o governo resolva ser mais responsável na política fiscal e conter a expansão excessiva dos empréstimos do BNDES.

O discurso inicial da equipe do futuro governo sobre a política fiscal foi positivo. Da mesma forma, a escolha do competente e experiente Alexandre Tombini para o BC mostra a intenção de manutenção da autonomia “de fato” do BC. Bom começo. Tudo isso pode indicar uma “virada” para solidificar as bases da estabilidade econômica. Porém, caso não seja assim, os riscos macroeconômicos tendem a ser maiores, tendo em vista a herança negativa recebida do governo anterior no campo fiscal, agravada pela perspectiva de um cenário externo mais complicado do que o enfrentado por Lula.

Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, foi presidente do Banco Central, é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gloyola@tendencias.com.br